



XIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA

05 de dezembro de 2013

1 As nove horas do dia cinco de dezembro do ano de dois mil e treze, no Auditório da Companhia
2 Nacional de Abastecimento, Ed. CONAB, SGAS 901, Bloco "A", Lote 69 - Brasília/DF, foi
3 realizada a Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
4 Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da
5 Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de
6 setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007.
7 Programação proposta: Manhã – 9h às 13h: **1.** Aprovação da Pauta, da Ata da XII Plenária e
8 Informes – Maria Emília Lisboa Pacheco – Presidenta do Consea – 9h às 9h15; **2.** Informe sobre o
9 1º Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional – Letícia Luiza –
10 Conselheira nacional do Consea – 9h15 às 9h25; **3.** Cooperação internacional em segurança
11 alimentar e nutricional: proposições e desafios - 9h25 às 13h: **3.1.** Concepções da cooperação
12 internacional: avanços e desafios – Carlos Milani – Professor Adjunto da Universidade do Estado
13 do Rio de Janeiro – 9h25 às 9h40; **3.2.** Propostas e Reflexões do Consea – Renato Maluf –
14 Coordenador da Comissão Permanente de Macrodesafios Nacionais e Internacionais (CP2) – 9h40
15 às 9h50; **3.3.** Cooperação brasileira em Moçambique na perspectiva da sociedade civil local –
16 Agostinho Bento – Oficial de Advocacia e Políticas da União Nacional de Camponeses (UNAC) de
17 Moçambique – 9h50 às 10h10; **3.4.** Experiência da sociedade civil na cooperação internacional em
18 segurança alimentar e nutricional – Alessandra Lunas – Secretária-Geral da Coordenação das
19 Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM) – 10h10 às 10h30; **3.5.**
20 Cooperação Horizontal (Sul-Sul) Brasileira – Ministro Milton Rondó Filho – Coordenador-Geral de
21 Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – 10h30 às
22 10h45; **3.6.** Cooperação Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional – Arnaldo Campos –
23 Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e
24 Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento
25 Social e Combate à Fome (MDS) – 10h45 às 11h; **3.7.** Agricultura Familiar e Cooperação
26 Internacional – Caio Galvão de França – Chefe da Assessoria para Assuntos Internacionais e de
27 Promoção Comercial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – 11h às 11h15; **3.8.**
28 Debate e encaminhamentos – 11h15 às 13h. *Intervalo Para Almoço – 13h às 14h.* Tarde – 14h às
29 17h30. **4.** Ato de Homenagem ao Deputado Nazareno Fonteles – 14h00 às 14h15. **5.** Preparação do
30 Encontro Nacional: 4ª Conferência+2 – 14h15 às 15h30; **5.1.** Apresentação da Comissão
31 Organizadora – Marília Leão – Consea – 14h15h às 14h25; **5.2.** Apresentação do balanço dos
32 Encontros Estaduais – Pedro Kitoko – Membro da Comissão de Presidentes(as) de Conseas
33 Estaduais (CPCE) – 14h25 às 14h35; **5.3.** Apresentação do processo de balanço do Plano Nacional
34 de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) – Arnaldo Campos – Secretário Nacional de
35 Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
36 (MDS) – 14h35 às 14h45; **5.4.** Debate e encaminhamentos – 14h45 às 15h30; **6.** Gestão do Consea
37 2014/2015 – 15h30 às 16h; **7.** Aprovação de propostas de Exposições de Motivos e/ou
38 Recomendações das Comissões Permanentes, dos Grupos de Trabalho e da Comissão de



39 Presidentes(as) dos Conseas Estaduais/Distrital – relato dos(as) coordenadores(as) das instâncias –
40 16h às 17h30; **8. Encerramento** – 17h30. A **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco** abriu os trabalhos
41 com o item **1 da pauta, Aprovação da Pauta, da Ata da XII Plenária e Informes** – **Maria**
42 **Emília Lisboa Pacheco – Presidenta do Consea** – **9h às 9h15**: A Ata da XII Plenária foi aprovada
43 sem alterações. A pauta foi aprovada, conforme apresentada. Passou-se aos informes: 1 - Que o
44 Consea encaminhou uma Recomendação ao Ministério da Saúde e à representação da FAO no
45 Brasil para que haja participação da Sociedade Civil na II Conferência Internacional de Nutrição,
46 que vai se realizar em novembro de 2014 e já obtiveram respostas positivas para esta solicitação. 2
47 – Registro de que tiveram uma importantíssima reunião sobre o Programa de Aquisição de
48 Alimentos – PAA, onde concluíram sobre a necessidade de haver um Seminário, a ser realizado no
49 final de janeiro, com a participação daqueles e daquelas que estão diretamente operando na ponta
50 com o Programa. 3 - Registro que tiveram uma nova rodada de Mesa de Controvérsias Sobre o
51 Impacto dos Transgênicos. 4 – Registro de realização do I Seminário de Mulheres Indígenas sobre
52 Segurança Alimentar e Nutricional. Em função da ausência da Sra. Letícia Luiza, o tópico 2 da
53 pauta ficou para tarde. Em seguida, a **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea**,
54 passou a composição da mesa para debate e discussão do item **3 da pauta, Cooperação**
55 **Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional: Proposições e Desafios - 9h25 às 13h**: A
56 **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea**, informou que estava prevista a
57 presença do Ministro Pepe, que teve um chamado urgente para outra Agenda. E que a Ministra
58 Tereza Campello lamentou não poder estar presente, em função de outra Agenda. Manifestou ainda
59 a sua satisfação em poder trazer esse debate ao Consea num momento muito especial; lançamento
60 da segunda fase do PAA África. Agradeceu a presença de todos os palestrantes e das pessoas que
61 envidaram esforços para realização do debate sobre o tema no Consea. A palavra foi dada aos
62 palestrantes. Iniciou-se com o **subitem 3.1. Concepções da cooperação internacional: avanços e**
63 **desafios** – **Carlos Milani – Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro** –
64 **9h25 às 9h40**: O **Sr. Carlos Milani, Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, agradeceu o
65 convite e ressaltou a importância política do diálogo entre o mundo acadêmico e o institucional.
66 Esclareceu que apresentaria o reflexo de um conjunto de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos
67 e uma visão sobre o tema. E que alguns dados projetados seriam de um estudo recente, que será
68 publicado em breve, sobre o tema do desenho institucional das políticas de cooperação no Norte e
69 no Sul, com um roteiro de questionamentos considerados importantes para um eventual redesenho
70 de uma Agência de Cooperação no Brasil. Informou que desenvolveria sua apresentação em dois
71 pontos: o primeiro, sobre a necessidade de, ao se falar sobre a inserção do Brasil, do Governo, da
72 sociedade, da sua economia no sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento não
73 negligenciar o histórico do Sistema. O segundo, sobre uma visão um pouco histórico-sistêmica e
74 mais doméstica da Agência, da capacidade do Brasil, de seu Governo e sua sociedade civil em
75 formularem uma política pública de cooperação Sul/Sul, de cooperação internacional para o
76 desenvolvimento. Em seguida, fez uma extensa apresentação sobre o tema e concluiu ser
77 fundamental que haja uma discussão sobre as orientações políticas que deveriam assumir uma
78 verdadeira política pública de cooperação internacional para o desenvolvimento do Estado
79 Brasileiro. Que é importante levar em consideração que a palavra-chave da cooperação
80 internacional para o desenvolvimento é desenvolvimento. Que a discussão sobre modelos de



81 desenvolvimento e sobre que visão do desenvolvimento se quer promover por meio da cooperação é
82 um debate importante e que ainda não foi realizado na construção paulatina desta política. Colocou
83 quais seriam os principais desafios políticos e institucionais para a Cid-brasil: consolidar as
84 estatísticas; definir objetivos políticos com clareza; definir normas e princípios; sincronizar os
85 atores e as agendas, que são muito plurais; reorganizar uma nova Agência; ter transparência e
86 prestação de contas; haver participação das organizações da sociedade civil; debater a relação com
87 as empresas; definir um marco legal; e criar um Conselho de Política Externa. Passou-se ao
88 **subitem 3.2. Propostas e Reflexões do Consea – Renato Maluf – Coordenador da Comissão**
89 **Permanente de Macrodesafios Nacionais e Internacionais (CP2) – 9h40 às 9h50: O Sr. Renato**
90 **Sérgio Jamil Maluf, Consea Nacional**, iniciou sua apresentação colocando a felicidade de todos
91 em ver o Consea mais uma vez se debruçando sobre o tema internacional. Passou a fazer uma
92 retrospectiva para contextualizar a discussão, destacando que é em um contexto de intensificação
93 das relações internacionais, enquanto Conselho, e um pouco caminhando em paralelo com a
94 intensificação da inserção internacional do Brasil que a discussão sobre o tema está colocada.
95 Passou a fazer um histórico de como chegaram a Exposição de Motivos, objeto da discussão.
96 Explicou que a pauta foi construída pela Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea,
97 em uma audiência com o Ministro Figueiredo, com o Sr. Milton e a Sra. Natalie. Que criaram um
98 Grupo de Trabalho do Governo e da Sociedade Civil, que se reuniu em Brasília, dividiram as tarefas
99 e geraram um esboço da Exposição de Motivos que foi finalizada e enviada a todos os Conselheiros
100 para conhecimento. Que na reunião da CP2 incorporaram novas contribuições que receberam de
101 outras Comissões, exceto duas, que ficaram para ser decididas em Plenário. Passou a fazer uma
102 explanação detalhada da Exposição de Motivos. Passou-se ao **subitem 3.3. Cooperação brasileira**
103 **em Moçambique na perspectiva da sociedade civil local – Agostinho Bento – Oficial de**
104 **Advocacia e Políticas da União Nacional de Camponeses (UNAC) de Moçambique – 9h50 às**
105 **10h10: O Sr. Agostinho Bento, Unac/Moçambique**, agradeceu o convite. Explicou que a Unac é
106 um movimento de camponeses que foi criado em 1987 e formalizado em 1994, com o objetivo de
107 defender os direitos, os interesses e a necessidade dos camponeses moçambicanos. Colocou que o
108 tema cooperação brasileira em Moçambique é muito sensível. Argumentou que a estabilidade
109 política, aliada ao êxito da economia brasileira favoreceu a sua participação na consertação da
110 política mundial e o aumento da sua cooperação com os Países Sul-Americanos, sobretudo com os
111 Países Africanos, como Moçambique. Mas que, diferentemente da cooperação técnica na América
112 do Sul, onde a cooperação brasileira tem como objetivo compensar as assimetrias existentes,
113 possibilitando que os vizinhos possam se desenvolver e usufruir do progresso econômico, de uma
114 integração regional efetiva, o discurso brasileiro na cooperação técnica na África, em Moçambique
115 em particular, é justificado pelo princípio de solidariedade internacional e pela dívida histórica,
116 como contribuição para a formação de uma nação multiétnica brasileira. Passou a falar sobre a
117 percepção da Sociedade Civil de Moçambique sobre os principais projetos de cooperação
118 internacional do Brasil. Citou o projeto de combate ao HIV/SIDA, com a produção de
119 medicamentos antirretrovirais como um projeto de cooperação técnica executado em Moçambique
120 que reafirma o que o Governo Brasileiro tem defendido nos encontros internacionais. Que no setor
121 de educação a cooperação brasileira tem contribuído bastante na formação de quadros
122 moçambicanos. Que no setor de infraestrutura, a cooperação tem contribuído no apoio do



123 desenvolvimento urbano de Moçambique. Que a nível institucional pode-se destacar vários pontos
124 positivos. Que o PAA África é um dos projetos liderados pelo Brasil que parece ter boas intenções,
125 apesar das dificuldades que encaram os países receptores. Passou a explicar sobre os pontos
126 negativos na cooperação entre Moçambique e Brasil, ressaltando que nos últimos anos a cooperação
127 brasileira tem tomado um caráter imperialista e colonial, apostado na entrada de empresas
128 brasileiras que se preocupam com a obtenção de lucros, sacrificando o povo moçambicano.
129 Argumentou que essas são empresas que não têm nada a ver com o princípio de solidariedade
130 internacional e sim baseiam-se num princípio de maximização dos seus interesses. Citou a Vale, a
131 Camargo Corrêa e o Programa Pró-Savana como exemplo concreto de cooperação brasileira que
132 não tem nada a ver com o princípio de solidariedade internacional. O que tem deixado à imagem do
133 Brasil em Moçambique degradada. Informou que a Sociedade Civil Moçambicana escreveu uma
134 Carta Aberta para o Presidente de Moçambique, para o Primeiro-Ministro Japonês e para a
135 Presidente Dilma mostrando o descontentamento e o que defendem em nível do contexto
136 moçambicano, mas que até hoje não obtiveram resposta de nenhum dos três. Ressaltou que a
137 Sociedade Civil em Moçambique defende que a cooperação brasileira deve continuar, mas
138 respeitando o interesse, a cultura e o conhecimento tradicional das comunidades moçambicanas.
139 Que têm que separar o interesse capitalista e a necessidade de cooperar, tendo em conta o contexto
140 ou o princípio de solidariedade internacional. Registrou que gostaria de entregar a Carta aos
141 representantes do Governo mais uma vez para que de fato pressionem a Presidenta ou o Governo
142 Brasileiro para responderem. Foi realizada a entrega da carta moçambicana para envio ao Governo
143 Brasileiro. Passou-se ao **subitem 3.4. Experiência da sociedade civil na cooperação**
144 **internacional em segurança alimentar e nutricional – Alessandra Lunas – Secretária-Geral da**
145 **Coordenação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM) –**
146 **10h10 às 10h30: A Sra. Alessandra Lunas, Coprofam, colocou a felicidade em estar conversando**
147 **sobre o tema no Consea porque não tem sido fácil, nos diversos espaços que têm participado, estar**
148 **ouvindo o que pensa a Sociedade Civil sobre o papel que se espera do Brasil no cenário mundial.**
149 **Explicou que têm enfrentado este diálogo com a Agricultura familiar como pano de fundo, pois são**
150 **questionados frequentemente como conseguiram dialogar internamente com o Governo Brasileiro a**
151 **construção do diferencial de política pública para Agricultura Familiar. Onde a resposta está calcada**
152 **no grande diferencial, que é a construção de uma democracia participativa, que não tem sido**
153 **respeitada na cooperação internacional brasileira. Disse que é preciso pautar este debate**
154 **internamente, pois seria inadmissível que na cooperação internacional do Brasil o princípio básico**
155 **da democracia participativa não esteja colocado na linha de frente. E que este tem sido o ponto**
156 **culminante em todas as agendas internacionais da Sociedade Civil. Colocou como passo importante**
157 **a abertura para participação da Sociedade Civil no Conselho Mundial de Segurança Alimentar, que**
158 **permite a discussão de temas de interesse da Sociedade. Citou a Reaf como outro exemplo de**
159 **espaço aberto na América Latina. Colocou que desse tipo de diálogo nasceu à agenda principal que**
160 **a Sociedade Civil no mundo inteiro está construindo no momento, que é o Ano Internacional da**
161 **Agricultura Familiar com dois objetivos principais: que os Governos sejam capazes de reconhecer**
162 **que a Agricultura familiar é um setor que tem uma contribuição fundamental para garantia da**
163 **soberania alimentar mundial e o fortalecimento deste Setor. Passou-se ao subitem 3.5. Cooperação**
164 **Horizontal (Sul-Sul) Brasileira – Ministro Milton Rondó Filho – Coordenador-Geral de Ações**



165 **Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – 10h30 às**
166 **10h45: O Sr. Milton Rondó, MRE,** informou que o Ministro Figueiredo não pode comparecer, em
167 função de sua Agenda. Pediu que o Sr. Agostinho Bento converse com o Sr. Israel, Coordenador do
168 PAA, para garantir a participação completa da Unac no PAA. Explicou que o termo humanitário é
169 um termo internacional que diz respeito imediato aos direitos humanos e que o Brasil tem usado, de
170 uma forma bastante inovadora, a expressão: “cooperação humanitária”, em que o outro é ouvido,
171 trabalhando com o emergencial e o estruturante. Colocou que a cooperação humanitária do Brasil
172 em segurança alimentar e nutricional integra uma estratégia de dupla atração das políticas públicas
173 brasileiras: um aspecto emergencial e outro estruturante. Argumentou que o direito humano a
174 alimentação é um direito fundamental, portanto, universal e por isso têm que ter isso alto na Agenda
175 de Cooperação Internacional, ressaltando que isto está garantido na Constituição Brasileira.
176 Registrou que a cooperação é para desenvolvimento e não subdesenvolvimento e que é preciso ter
177 cuidado com a qualificação das terminologias que estabelecem parâmetros da cooperação. Que é
178 importante que passem a trabalhar a questão de conceitos. Que a cooperação humanitária integra o
179 Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a cooperação técnica, que busca
180 garantir o direito humano à alimentação. Que têm tentado inserir na cooperação a questão da
181 sustentabilidade. Que têm tentado utilizar a expressão “Cooperação Horizontal” ao invés de
182 “Cooperação Sul/Sul”, uma vez que a cooperação poderá se dar entre países de outro hemisfério.
183 Informou que o Brasil em 2012 no campo humanitário teve um crescimento importante, sendo o
184 sétimo maior contribuinte do Programa Mundial de Alimentos. Que tiveram um evento do PAA
185 África e que agora têm tentado, por orientação da Casa Civil, dividir, inclusive no orçamento; uma
186 parte para a cooperação de emergência imediata e outra para garantir projetos estruturantes. Que o
187 acompanhamento pela Sociedade Civil é fundamental e para isso é necessária à criação de sistemas.
188 Que o Sigma será inaugurado em março e será um sistema aberto à população e pesquisadores que
189 vão poder trabalhar livremente e ter acesso aos dados da cooperação humanitária. Por fim,
190 agradeceu o início do debate, desejando que seja um processo contínuo para que possam estar cada
191 vez mais enriquecendo e contando com o Consea como atores de cooperação internacional. Passou-
192 se ao **subitem 3.6. Cooperação Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional – Arnoldo**
193 **Campos – Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e**
194 **Nutricional (CAISAN) e Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do**
195 **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – 10h45 às 11h: O Sr.**
196 **Arnoldo Campos, Secretário-Executivo da Caisan,** parabenizou o Consea por colocar um tema
197 de altíssima relevância na agenda de debates, mantendo o padrão de qualidade que têm conseguido
198 manter e melhorar. Agradeceu a equipe da Caisan. Informou que elaboraram um documento com
199 um balanço das ações da Caisan. Em seguida, fez um histórico da cooperação internacional no
200 Brasil, mostrando que o Brasil mudou a sua postura com relação ao tema. Colocou que o Brasil é
201 um Estado contraditório mesmo e que os Estados com quem o Brasil coopera precisam arcar com as
202 consequências de suas decisões políticas. Concluiu que há uma trajetória no Brasil que amplificou
203 muito a Cooperação Sul/Sul e um diálogo horizontal que há 10 anos atrás tinha um tamanho bem
204 menor. Que as contradições permanecem, mas com um lado mais horizontal e democrático quando
205 olha para o outro País. Passou a exposição colocando que a prioridade no tema de segurança
206 alimentar para a Cooperação Sul/Sul é a capacidade de compreender a realidade local para atuação.



207 Que o tema humanitário é fundamental para a área de segurança alimentar e nutricional e por isso
208 querem ser parceiros e estão fortemente envolvidos nisto. Que segurança alimentar e combate à
209 pobreza caminham juntas. Que o Brasil consegue, com ações de promoção de segurança alimentar,
210 combater a pobreza e vice versa, que é resultado de uma prioridade política brasileira. Que as
211 políticas do Brasil despertam interesse periódico por conta dos resultados que elas geram no País.
212 Que dentro da política de segurança alimentar, o apoio a iniciativas de soberania alimentar,
213 segurança alimentar e direito humano à alimentação são princípios fundamentais. Que o Brasil tem
214 uma cooperação técnica bastante abrangente. Que há uma diversidade grande de temas. Que o
215 Brasil tem uma distribuição global de cooperação muito interessante. Que o Brasil tem produzido
216 um avanço muito grande, mas que há uma série de coisas que não aparecem nos registros, que é
217 fruto de uma ação do Estado de diálogo com a Sociedade Civil. Que o Brasil hoje é um ator que
218 como Estado se abre não só para diálogo interno com a sociedade, mas com as organizações sociais
219 de vários outros países. Que o Governo Brasileiro é usado pela sociedade civil internacional como
220 mediador de diálogo entre diferentes países e suas respectivas sociedades civis. Colocou que a
221 resistência e a capacidade organizativa da sociedade que põe freio em algumas coisas, coloca
222 reivindicação e obtém conquistas ao longo da trajetória, o que permitiu ao Brasil sair da condição
223 de campeão em diversas coisas negativas apenas. Que o Brasil conseguiu diversos avanços a partir
224 da democratização do País que hoje permitem estar cooperando horizontalmente com referências
225 positivas e não somente negativas. Passou-se ao **subitem 3.7. Agricultura Familiar e Cooperação**
226 **Internacional – Caio Galvão de França – Chefe da Assessoria para Assuntos Internacionais e**
227 **de Promoção Comercial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – 11h às 11h15: O**
228 **Sr. Caio França, MDS**, agradeceu o convite do Consea, registrou a presença do Sr. Ruano, Chefe
229 de Gabinete da SAEE e do Sr. Thomaz, da Assessoria Internacional. Valorizou a iniciativa do
230 Consea de elaborar uma Exposição de Motivo sobre a cooperação, que pressionou positivamente os
231 Órgãos de Governo a se debruçarem sobre o tema. Colocou que a agricultura familiar até pouco
232 tempo não fazia parte da política internacional. Que ao discutirem a Agricultura Familiar e a
233 cooperação internacional têm que levar em conta que isto decorre de uma longa trajetória de
234 conquistas impulsionadas pelas lutas num movimento contra hegemônico. Que o tema da segurança
235 alimentar e nutricional presente na política de cooperação não têm a centralidade ainda que
236 pretendem que se tenha o padrão de desenvolvimento brasileiro, que tem muito a avançar. Que a
237 combinação de lutas nacionais, mobilizações e mudanças políticas na condução do Governo
238 Federal, resultaram no reconhecimento da legitimidade das demandas da agricultura familiar e das
239 comunidades tradicionais da sua importância econômica, social e Política. Que o desdobramento
240 desse reconhecimento foi à institucionalização de uma série de reivindicação em políticas públicas
241 diferenciadas. Que é uma agenda impulsionada pelas mobilizações com uma série de avanços ainda
242 não concluída. Que a trajetória de reconhecimento da legitimidade das demandas da agricultura
243 familiar, de institucionalização de políticas públicas se deu com uma marca da experiência política
244 brasileira após a democratização, que é com a participação social. Que essa trajetória implicou em
245 uma mudança na agenda pública brasileira. Explicou que abordaria o tema da cooperação
246 internacional com um viés setorial da cooperação técnica que vem sendo desenvolvida pelo MDA e
247 pelo MDS. Afirmou que: a cooperação internacional realizada pelo MDA e pelo MDS está em
248 profunda sintonia com a profunda modificação que ocorreu na orientação da política externa



249 brasileira; teve como prioridade definida o reforço do multilateralismo e uma intervenção para
250 alterar a agenda internacional sobre o desenvolvimento; a política de cooperação em segurança
251 alimentar nutricional realizada pelo Brasil está em profunda sintonia com a inflexão que ocorreu na
252 política externa; a expansão da cooperação técnica prestada no Brasil é decorrência do sucesso das
253 políticas aplicadas no País, nos marcos de um processo de diálogo político com os Países de
254 renovação da agenda internacional; a cooperação técnica está em profunda sintonia com as políticas
255 diferenciadas de desenvolvimento rural e de Segurança Alimentar e Nutricional implementadas no
256 Brasil; a cooperação técnica prestada pelo MDA, pelo MDS, pelo FNDE, pela CGFome dirige-se à
257 criação e fortalecimento das capacidades dos países para implementarem políticas públicas, para
258 estruturar políticas públicas. Colocou que essas afirmações têm que se confrontar com uma
259 constatação que apesar da sintonia com a política externa e interna, da dimensão do diálogo
260 político, há ainda um profundo descompasso entre a política externa brasileira e a cooperação
261 implementada em segurança alimentar e nutricional, que fragiliza a ação de cooperação do Brasil e
262 fragiliza a própria política exterior do Brasil. Explicou que esse descompasso precisa ser
263 enfrentado: repensar os marcos políticos legal e institucional da prestação da cooperação;
264 estabelecer uma política de cooperação com capacidade de coordenação; descobrir quais são os
265 mecanismos que podem inventar para estimular a participação social nas ações de cooperação,
266 estabelecendo sua dimensão democrática; explicitar de forma clara, a partir dos acúmulos
267 produzidos, da relação do Governo Brasileiro com as Agências Internacionais. **A Sra. Maria**
268 **Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea,** lembrou que o relatório do Seminário
269 Internacional realizado em 2011 foi distribuído por e-mail e será publicado em breve. Que a Carta
270 entregue pelo Sr. Agostinho Bento ao Governo Brasileiro será socializada com todos. Colocou que
271 o debate tem um caráter muito importante porque estão no momento de revisão do Plano Nacional
272 de Segurança Alimentar e Nutricional, que é uma diretriz que diz respeito à cooperação
273 internacional. Informou que o debate seria um debate aberto para dialogar com os palestrantes e
274 com o conteúdo da Exposição de Motivos do Consea, que será um produto que sairá da reunião.
275 Passou-se ao **subitem 3.8. Debate e encaminhamentos – 11h15 às 13h:** A palavra foi dada aos
276 Conselheiros que puderam fazer esclarecimentos e observações sobre a Exposição de Motivos.
277 Acrescentar ao documento: que a agricultura mencionada é de base agroecológica; acrescentar a
278 agricultura familiar camponesa indígena; fazer referência das formas coletivas de produção; fazer
279 uma menção explícita à necessidade de serem estimuladas e incentivadas às formas de cooperação
280 entre a Sociedade Civil dos Países; a necessidade que a política de cooperação seja baseada no
281 respeito aos acordos internacionais. Como propostas: a importância de que o debate de
282 desenvolvimento seja o orientador da discussão de política de cooperação; que seja mais enfatizada
283 a necessidade de o Brasil não reagir por demandas, mas que o Brasil também externalize de forma
284 mais clara, que defina o caráter das ofertas; acrescentar alguns dos itens mencionados pelo Sr.
285 Carlos Milani sobre os 10 desafios políticos em sua apresentação, pois elas são itens a serem
286 assimilados e mais trabalhados no âmbito do aprofundamento da discussão de política de
287 cooperação. E poderia haver uma apropriação dessas indicações, sem criar um item específico,
288 quando se fala em algumas das propostas sobre a política de cooperação, acrescentando alguns
289 desses itens; esclarecer na Exposição de Motivos sobre a capacidade de coordenação das ações de
290 segurança alimentar e nutricional no âmbito da política; reforçar a dimensão democrática e



291 acrescentar um item, que é a necessidade de atualizar a relação do Governo com as Agências
292 Internacionais; aprofundar esse debate da relação com o Fida, PMA e etc. Também é um aspecto
293 importante; que na parte da listagem de ações, de programas, projetos é preciso fazer uma análise
294 mais sucinta dos impactos dessas ações, identificar mais claramente os seus aspectos positivos e
295 negativos; que é preciso aprofundar o que representam os danos e os impactos das ações das
296 empresas no âmbito desses projetos. O debate mostrou a ênfase na participação social e na
297 necessidade de que haja mecanismos claros de participação e introduziu a necessidade fundamental
298 de dar um tratamento à participação das mulheres; problematizar sobre a utilização do termo
299 humanitário, que é o termo utilizado em documentos oficiais e estatísticas sobre o tema; que não há
300 como incorporar mais sobre a questão do Conselho porque ainda não houve uma formulação
301 consensual no interior da sociedade sobre o Conselho; que haja uma explicitação clara sobre os
302 direitos extraterritoriais, em relação ao compromisso do Estado Brasileiro com direito humano à
303 alimentação na sua visão extraterritorial. A Exposição de Motivos foi aprovada com a inclusão das
304 observações. Quanto a Carta entregue pelo Sr. Agostinho Bento ao Consea, deliberou-se que o
305 Consea deverá enviar a carta ao Governo Brasileiro. A **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco,**
306 **Presidente do Consea,** agradeceu aos palestrantes e entregou a todos um trabalho coletivo feito
307 pela entidade em que trabalha sobre a Cooperação e Investimento do Brasil na África, o caso do
308 Pró-Savana em Moçambique. Pediu ao Sr. Agostinho Bento que leve para os Movimentos Sociais
309 de Moçambique um abraço e o compromisso de que a Sociedade Civil do Brasil se manterá em
310 permanente vigilância e como convictamente parceiros e interlocutores de todos os momentos da
311 luta que eles estão travando. Informou e parabenizou a Sra. *Graça Samo*, que acabou de assumir a
312 Secretaria Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Os trabalhos foram interrompidos para
313 realização do almoço. Os trabalhos foram reiniciados com o item **4. Ato de Homenagem ao**
314 **Deputado Nazareno Fonteles – 14h00 às 14h15:** Foi realizada uma pequena cerimônia de
315 homenagem ao Deputado Nazareno Fonteles em reconhecimento a sua luta e dedicação às causas
316 do Conselho. Passou-se ao **item 5. Preparação do Encontro Nacional: 4ª Conferência+2 – 14h15**
317 **às 15h30:** A **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea,** informou que já foram
318 realizadas cinco reuniões da Comissão Organizadora para definir metodologia e temas; que ainda
319 estão apurando e aperfeiçoando a proposta; que os Estados já realizaram os seus Encontros
320 Estaduais e os que não fizeram irão fazê-lo até dezembro; que apenas três Estados farão no próximo
321 ano, logo no início: Minas Gerais, Paraná e Amapá; que o Estado de Alagoas ainda não informou a
322 data em que farão. Passou-se ao **subitem 5.1. Apresentação da Comissão Organizadora –**
323 **Marília Leão – Consea – 14h15h às 14h25:** A Sra. Marília Leão informou que a Mesa Diretiva
324 tem participado das decisões, juntamente com a Comissão Organizadora, que são trazidas a Plenária
325 para que os Conselheiros possam opinar. Que a Comissão é formada por membros da Sociedade
326 Civil e do Governo. Que o Encontro será realizado em Brasília, de 18 a 20 de março, com um
327 número total de 350 participantes. Que do Consea Nacional são 130 participantes, sendo 80
328 Conselheiros da Sociedade Civil, 40 do Governo e 10 Observadores e de todas as unidades
329 federadas serão um total de 162 participantes, sendo seis por Estado com uma vaga já destinada ao
330 Presidente do Consea de cada Estado e do Distrito Federal; três Conselheiros da Sociedade Civil e
331 dois Conselheiros Representantes do Governo Estadual ou Distrital, com preferência que sejam
332 aqueles que fazem parte da Caisan Estadual ou Distrital. Que terão 29 convidados representantes de



333 Órgãos do Governo Federal e 29 pessoas de povos indígenas e comunidades tradicionais. Que
334 houve a decisão de não estabelecerem cotas, como tradicionalmente se faz na Conferência, mas que
335 pediram que os Estados escolham seus Delegados dando preferência a ter pelo menos um
336 representante de povos indígenas e comunidades tradicionais. Colocou os objetivos do Encontro:
337 mobilizar a Sociedade Civil para o tema e para o monitoramento das proposições feitas na IV
338 Conferência; fazer um balanço do que propuseram na Conferência e analisar o que já foi realizado;
339 monitorar a implementação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Passou a
340 apresentar a pauta do Encontro de forma detalhada. Destacou que as atividades integradoras são
341 importantes porque muitas das Organizações e dos Conselheiros têm sugestões de temas que
342 querem compartilhar. Explicou que para isso terão vagas para 10 atividades; que a responsabilidade
343 da organização, das listas de presença e dos materiais será do Coordenador da atividade; que para
344 propor uma atividade precisa ser um Conselheiro Nacional ou Estadual; que o prazo para
345 proposições de atividades será até 07 de fevereiro para inscrição. As inscrições das atividades
346 integradoras da Sociedade Civil serão feitas diretamente com a Secretaria Executiva do Consea e a
347 do Governo diretamente com a Caisan. Passou-se ao **subitem 5.2. Apresentação do balanço dos**
348 **Encontros Estaduais – Pedro Kitoko – Membro da Comissão de Presidentes(as) de Conseas**
349 **Estaduais (CPCE) – 14h25 às 14h35: O Sr. Pedro Makumbundu Kitoko, Consea/ES**, informou
350 que a maioria dos Estados realizou os seus Encontros; que o 24ª Encontro Estadual estaria
351 acontecendo no Rio Grande do Sul; que três Estados tiveram dificuldades, mas conseguirão realizar
352 a tempo, com exceção do Paraná que talvez não realize o Encontro por razões político-
353 administrativas. Destacou que os Estados realizaram seus Encontros com dificuldades,
354 especialmente em razão da questão de recursos. Que houve uma tímida participação de
355 representantes municipais nos Encontros. Que a Sociedade Civil, de uma forma geral, participou
356 amplamente, apesar de algumas dificuldades; que a dinâmica que antecedeu os Encontros difere de
357 um Estado ou outro; que a temática dos encontros seguia orientações recebidas do Consea Nacional;
358 que a Comissão dos Presidentes avaliou os resultados dos Encontros e entendeu que os desafios
359 ainda são grandes: nos Estados em que os mandatos para Presidentes de Consea estão terminando,
360 quem participaria do Encontro; o atual ou o novo Presidente; como a etapa nacional acontecerá em
361 Brasília, haver a possibilidade de o Estado Sede conseguir mais vagas do que os outros Estados; que
362 haja a possibilidade da Secretaria Executiva da Caisan participar do Encontro. Por fim, agradeceu
363 todo o apoio do Consea Nacional e da Caisan Nacional aos Estados. Passou-se ao **subitem 5.3.**
364 **Apresentação do processo de balanço do Plano Nacional de Segurança Alimentar e**
365 **Nutricional (Plansan) – Arnoldo Campos – Secretário Nacional de Segurança Alimentar e**
366 **Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – 14h35 às**
367 **14h45: A Sra. Michele Lessa de Oliveira, Caisan**, passou a palavra a Sra. Priscila Bochi para
368 fazer a apresentação do trabalho do GT de Monitoramento do Plano que está sendo feito para a IV
369 +2. Agradeceu a todos os Ministérios pelo empenho que está sendo feito na preparação do balanço
370 do Governo para a IV +2 e informou que já estão na reta final do documento. A **Sra. Priscila Bochi**
371 explicou que a Caisan criou um Comitê Técnico com a atribuição de definir instrumentos e
372 metodologia para monitorar, avaliar e divulgar a implementação dos objetivos e metas pactuadas no
373 Plano de Segurança Alimentar 2012-2015 e que o Comitê é formado por representantes de nove
374 órgãos públicos e por um representante do Consea. Informou que o Comitê se reúne mensalmente e



375 que existe uma alta participação dos Órgãos de Governo que tiveram um papel fundamental na
376 construção da metodologia. Falou sobre as etapas do processo de monitoramento: um primeiro
377 momento de acompanhamento da execução das metas do plano, um segundo momento de balanço
378 das ações governamentais para a IV +2, um terceiro momento de revisão e priorização do plano e
379 um quarto momento de divulgação dos dados. Em seguida, mostrou detalhadamente um fluxograma
380 elaborado pelo Comitê para facilitar o monitoramento do Plano. Informou que o balanço está pronto
381 e vai ter uma versão mais resumida que vai ser publicada em uma versão mais completa. E que a
382 ideia é fazer uma revisão do Plano utilizando os subsídios tirados das oficinas realizadas, acolhendo
383 as propostas do Consea e da IV +2. E que também terá um momento de divulgação dos dados. A
384 **Sra. Michele Lessa de Oliveira, Caisan**, complementou que esses processos foram validados nos
385 Plenos Executivos da Caisan. E que na reta final do balanço fizeram uma opção de não trazer só o
386 balanço do Plano dos dois anos, mas sim fazer uma prestação de contas dos últimos 10 anos da
387 segurança alimentar e nutricional. Informou ainda que estão fazendo um grande trabalho de revisão
388 do Plano e de priorização, mas que estão priorizando as 350 metas para ficar mais claro e mais fácil
389 o monitoramento de tantas metas. Passou-se ao **subitem 5.4. Debate e encaminhamentos – 14h45**
390 **às 15h30: A Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea**, agradeceu a
391 apresentação de todos e informou que caso algum Estado não consiga realizar o Encontro Estadual,
392 o Consea irá apoiar a vinda de representantes da Sociedade Civil a IV +2, pois é extremamente
393 importante que esses Estados estejam representados. Ressaltou que ainda estão apostando que todos
394 os Estados possam realizar os seus Encontros, apesar das dificuldades. Respondeu que poderiam
395 acolher a proposta do Distrito Federal para participação de mais pessoas do Estado, de acordo com
396 os recursos existentes e da infraestrutura disponível. Informou ainda que somente a CP5 trouxe
397 sugestões de temas para a Mesa que vai discutir grandes temas na IV +2 e que irão acolher essas
398 sugestões, que a Mesa Diretiva vai se debruçar sobre as propostas e chegar a uma indicação e
399 socializar com as Comissões, já que não terão uma Plenária antes da IV +2. Considerou o trabalho
400 feito pela Caisan extremamente importante por ter chegado a um sistema que permite identificar,
401 acompanhar e, principalmente, priorizar as metas. Questionada sobre em qual momento durante a
402 IV +2 discutiriam o Sisan, a Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco respondeu que o Sisan será
403 discutido em uma das Mesas iniciais, nos grupos em que as pessoas se dividirão segundo as
404 diretrizes da política e cada um terá um roteiro de perguntas, sendo uma relativa ao Sisan. Que
405 acredita ainda que provavelmente terão alguma proposta de atividade integradora onde pode ser
406 abordado o debate sobre o Sisan. Informou ainda que na Mesa Diretiva estão fazendo um esforço
407 para tentar identificar o elenco de questões que devem norteá-los, que poderão ser incorporados,
408 tanto nesta fala Mesa, como no debate dentro dos Grupos de Trabalho. A **Sra. Valéria Burity,**
409 **Consea Nacional**, complementou que terão que imprimir um olhar do Sisan nas discussões que vão
410 sair dos Encontros Estaduais e na IV +2. A **Sra. Marília Mendonça Leão, Consea**, colocou que
411 entende que o Plano deve dialogar com o próximo PPA e devem aproveitar para fazer isso agora no
412 monitoramento. Mostrou-se preocupada com o exercício da priorização que será feito, pois teme
413 que algumas ações sejam simplesmente eliminadas sem uma discussão mais de base e que envolva
414 os atores sociais que estão nela implicados. Questionada sobre a questão de atividades integradoras,
415 a Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco informou que têm um prazo ainda para que outras propostas
416 cheguem e que a Comissão Organizadora terá o trabalho de ler atentamente todas as propostas para



417 ver se é possível fazer alguma junção para chegarem as 10 propostas e que, portanto, não fariam um
418 debate específico nesta Plenária. O **Sr. José Nazareno Cardeal Fonteles, Deputado Federal/PI**,
419 colocou que é necessário haver um diálogo entre a CGU e Caisan porque é no Portal de
420 Transparência que as pessoas vão se relacionar para saber se o Plano está sendo implementado, uma
421 vez que este é o local que tem a capacidade de prestar contas de todo o Poder Executivo.
422 Questionada sobre a participação do Programa Mundial de Alimentos - PMA na IV +2, a **Sra.**
423 **Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea**, respondeu que poderão participar como
424 convidados. Solicitou que seja enviada uma carta com o número de pessoas que participarão. A **Sra.**
425 **Michele Lessa de Oliveira, Caisan**, reforçou a preocupação com a inclusão do Sisan na IV +2, que
426 considera que está em uma fase de implementação. Fez um apelo para que pressionem mesmo para
427 avançar do ponto de vista de criar instrumentos que garantam intersetorialidade e participação
428 social. Colocou que há todo um esforço já bem espelhado durante a construção do Plano bem
429 próximo do PPA. Concordou com a questão levantada pelo Deputado Nazareno, agradecendo a
430 sugestão. Argumentou que há uma preocupação com a integração do Plano Nacional de Segurança
431 Alimentar com os Planos Estaduais, mas ressaltou que não têm condições de trazerem um balanço
432 do Plano Nacional e dos Estaduais para a IV +2, colocando que isso já vem sendo trabalhado.
433 Informou que estão iniciando com a CPCE, uma discussão sobre uma Norma Operacional Básica
434 do Sistema, que seria uma espécie de regulamentação do que cabe ao Estado, ao Município e ao
435 Governo Federal nesta Agenda. Informou ainda que teve a adesão de 12 municípios ao Sisan no
436 Seminário com os Municípios no dia 20 e 21 de fevereiro e que esses Municípios começam a fazer
437 parte de todo este debate. A **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea**, colocou
438 que na questão das prioridades, entende que mantem-se o debate aberto para aquilo que o Governo
439 está sugerindo como prioridade e para aquilo que é resultado do processo conjunto que tem vindo
440 das Comissões e da Plenária. Que concorda que em relação ao PPA estão fazendo um exercício para
441 ver como levar na continuidade e interferir no PPA em novas áreas. Considerou interessante a
442 sugestão do Sr. Carlos Eduardo de reunir e identificar onde estão as prioridades dos Estados para
443 que na hora do debate as coisas possam confluir um pouco. Para atendimento a esta sugestão, será
444 solicitado aos Estados que apresentem prioridades dos seus Planos para divulgação conjuntamente
445 como um anexo do documento nacional. A **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do**
446 **Consea**, agradeceu a CONAB por ter cedido o espaço para realização da Plenária. A palavra foi
447 dada ao **Sr. Silvio Porto, Diretor da Conab**, que colocou da importância para a Conab da
448 realização desta Plenária neste espaço, em função da conjuntura que estão vivendo, em especial,
449 com relação ao PAA. Destacou que isto reforça, fortalece e traz um elemento que a CONAB está
450 precisando muito, colocando o espaço a disposição sempre que necessário. Falou ainda sobre sua
451 preocupação com o lapso de tempo que terão entre esta reunião e a próxima Agenda do Conselho. A
452 **Sra. Michele Lessa de Oliveira, Caisan**, lembrou que a Ministra fez um apelo para que o Consea
453 tente estabelecer um diálogo com o Ministério Público e o TCU. Sugeriu que o Consea tenha uma
454 Agenda nesse período, antes da IV +2, de audiências com o Ministério Público e Procuradoria,
455 levando o agricultor familiar junto, para que o PAA não se volte para Cooperativas Organizadas. A
456 **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea**, colocou que o Consea precisa mesmo
457 tomar essa iniciativa porque os Órgãos precisam entender que há formas próprias do campesinato
458 de troca, de intercâmbio e há processos de reciprocidade. E que querem organizar as audiências



459 com a presença de agricultores para que tragam esse elemento junto a esses Órgãos. Passou-se ao
460 **item 6. Gestão do Consea 2014/2015 – 15h30 às 16h: A Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco,**
461 **Presidente do Consea,** lembrou que em abril de 2014 encerra-se o mandato 2013-2014. Explicou
462 que teriam dois temas para tratar: a gestão propriamente e os temas prioritários para Agenda de
463 2014. Solicitou que os Conselheiros que não entregaram o formulário que foi distribuído
464 preenchido, que o façam até o final da reunião, pois pretendem utiliza-lo, juntamente com as
465 propostas vindas das Comissões, para sistematizar as avaliações e as propostas de temas prioritários
466 da Agenda para o início do ano de 2014. Explicou que nesta Plenária iriam fazer a escolha do tema
467 principal da primeira Plenária de 2014. A palavra foi dada a **Sra. Valéria Burity, Consea**
468 **Nacional,** que explicou que na reunião da Mesa Diretiva decidiram por reproduzir o mesmo
469 processo utilizado em gestões anteriores com relação à questão dos mandatos. Informou que irão
470 consultar se a Sociedade Civil e as Entidades que estão no Consea têm o interesse em permanecer
471 no Consea e que em caso positivo, indiquem o nome de titulares e suplentes para as vagas. Explicou
472 ainda que foi debatida a recondução da Presidência exatamente como ocorreu em outras gestões,
473 que também foi aceita por representantes do Governo e da Sociedade Civil. O **Sr. Renato Sérgio**
474 **Jamil Maluf, FBSSAN,** informou que na passagem do mandato dele para o mandato da Sra. Maria
475 Emília Lisboa Pacheco, fizeram um esforço para aprimorar o processo de composição do Consea,
476 onde deram um desenho mais orgânico para as representações da sociedade civil. Solicitou que
477 preservem o critério que norteou a composição deste atual Consea porque entende que isso
478 clarificou a identificação de quem está no Consea por cada segmento. Colocou ainda que apoia a
479 recondução da Presidência do Consea. A **Sra. Michele Lessa de Oliveira, Caisan,** coloca que a
480 posição do Governo para este momento é de apoio à proposta de recondução das entidades da
481 sociedade civil e manutenção da Presidência do Consea. Sugere, para uma próxima gestão, entrar
482 novas entidades no Consea, sendo entidades que representem a área de consumo. A **Sra. Valéria**
483 **Burity, Consea Nacional,** explicou que este era o contexto de recondução dos Conselheiros e
484 Conselheiras e da Presidência do Consea, de acordo com o Decreto. Que em caso de desistência de
485 alguma entidade em permanecer no Consea, terão que constituir uma Comissão para novas
486 indicações e propôs que a comissão, com exceção dos membros já previstos pelo Decreto
487 6272/2010 (Presidenta do Consea), fosse composta, em relação à sociedade civil, pelos mesmos
488 conselheiros da comissão constituída após a 4ª CNSAN (Renato, Elisabetta, Eduardo, Ribamar,
489 Elza) e que a CAISAN indicasse os outros dois representantes de governo, além do MDS. Que terão
490 que garantir a prorrogação de mandato até a designação dos novos mandatos, em função da próxima
491 Plenária ocorrer somente após a IV +2. A proposta de recondução da Sociedade Civil e Entidades
492 do Consea para os novos mandatos do Consea foi aceita por unanimidade, assim como a proposta
493 de formação da comissão. A **Sra. Michele Lessa, Consea Nacional,** explicou que se houver
494 desistência de mais de 50% das entidades na recondução, terão que fazer o debate sobre a questão
495 na primeira Plenária do primeiro mandato dos novos Conselheiros e Conselheiras. Se a maioria
496 concordar, a recondução será automática. A Comissão que foi instituída pós-conferência deverá ser
497 reativada para pensar em novos assentos e novas representações no Consea nos casos de desistência
498 de Entidades. Os mandatos dos Conselheiros e da Presidente do Consea serão prorrogados até que
499 se consiga uma nova designação para um novo mandato. Iniciou-se uma pequena discussão sobre a
500 recondução da Presidência do Consea e a **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do**



501 **Consea**, clarificou que o debate sobre critérios de composição do Consea é matéria para a
502 Conferência Nacional e que, portanto, a composição atual segue o que foi definido na IV
503 Conferência. Que as solicitações de aprimoramento destes critérios devem ser pautada na V
504 Conferência. Colocou que a prorrogação do mandato com o formato que tem o Consea hoje está
505 aceita, mas que considera um pouco incoerente e inconsistente anunciarem a renovação da
506 Presidência do Consea sem que tenham sistematizado a avaliação feita sobre a Presidência. Assim,
507 ficou encaminhado que os mandatos serão prorrogados de modo que a discussão sobre a recondução
508 ou não da Presidência do Consea seja realizada na primeira Plenária do Consea de 2014, juntamente
509 com a avaliação feita sobre a atuação do Consea e da Presidência. A **Sra. Michele Lessa de**
510 **Oliveira, Caisan**, solicitou que a Conselheira Marília Leão permaneça no Conselho como
511 Observadora, frente ao seu histórico e a atuação na área. Foi consenso que o tema “Pesca Artesanal”
512 seja o tema principal da primeira reunião de 2014, que ocorrerá em maio. A sistematização do
513 balanço do Consea e também propostas de temas para o planejamento 2014 será discutida na
514 primeira Plenária do ano de 2014. Passou-se ao **item 7. Aprovação de propostas de Exposições de**
515 **Motivos e/ou Recomendações das Comissões Permanentes, dos Grupos de Trabalho e da**
516 **Comissão de Presidentes(as) dos Conseas Estaduais/Distrital – relato dos(as)**
517 **coordenadores(as) das instâncias –16h às 17h30:** Iniciou-se com o relato da **CP4. A Sra. Mariza**
518 **Rios** fez um histórico de como a Comissão chegou a Recomendação sobre o Protocolo Facultativo
519 ao PIDESEC. Em seguida, fez a leitura da Recomendação na íntegra. A Recomendação foi aprovada
520 por unanimidade, conforme apresentada. Passou-se a **CP3: O Sr. Carlos Eduardo Leite, Consea-**
521 **BA**, relatou que a CP3 propõe fazerem uma Exposição de Motivos questionando o Comunicado do
522 MAPA que solicita mais rigor com os produtos do PAA. Seguiu relatando que avançaram na
523 discussão da agricultura urbana, onde acordaram em fazer uma oficina da Sociedade Civil para
524 concluírem um diagnóstico dos Ministérios sobre o tema. Que na IV +2 irão ter uma atividade que
525 vai culminar com o processo de discussão para terem um produto que possa ser debatido novamente
526 com o Governo sobre as políticas públicas de agricultura urbana. Que propõem que este seja um
527 tema para uma Plenária de 2014. A **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea**,
528 colocou que a questão sobre o rigor com os produtos do PAA deve ser uma Recomendação.
529 Informou que esta proposição está coerente com o processo que está em curso, onde há um Grupo
530 de Trabalho na ANVISA, envolvendo a Sociedade Civil, para debater uma legislação apropriada a
531 esse tipo de produção artesanal. Que poderão fazer uma referência a este trabalho e não instituir
532 novas regras sem que tenha o resultado deste trabalho. Que o assunto será submetido a Mesa
533 Diretiva para encaminhamento. Passou-se a **CP2: O Sr. Renato Sérgio Jamil Maluf, Consea**
534 **Nacional**, solicitou autorização para colocar uma proposta que não passou pela Comissão, pois a
535 questão chegou após a reunião da Comissão. Dada à relevância do assunto, a autorização foi
536 concedida. A proposta seria fazer uma Recomendação, a pedido do MDA, de apoio à indicação do
537 nome do Dr. Rubens Nodari para compor o Grupo de Trabalho *ad hoc* de especialistas sobre
538 considerações socioeconômicas do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. A **Sra. Maria**
539 **Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea**, registrou que o tema teria prioridade, em função
540 da exiguidade do tempo para esta indicação, e acrescentou que originalmente o próprio MAPA e o
541 MCTI haviam se posicionado contrários a Constituição do Grupo. E que a indicação do Dr. Rubens
542 Nodari seria bem vinda, dado que ele tem um reconhecimento nacional e internacional na área. O



543 **Sr. Milton Rondó Filho, MRE**, sugeriu que a Recomendação fosse diretamente para o Ministro
544 das Relações Exteriores com cópia para a Sra. Maria Angélica, que trata das questões da CDB. A
545 **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea**, propôs que a Executiva Nacional de
546 Estudantes de Nutrição possa ser observadora no Consea. Passou-se a **CP1: A Sra. Elza Maria**
547 **Franco Braga, UFCE**, relatou que a Comissão aprovou uma Recomendação que foi amplamente
548 discutida sobre a renovação de dois termos de parceria; água para produção e água para consumo
549 humano. Explicou tratar-se de duas Recomendações: uma diz respeito à cisterna de placa e a outra
550 as tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos. O **Sr. Milton Rondó Filho,**
551 **MRE**, propôs convidarem a Fiocruz a participar das discussões sobre água no Consea, tendo em
552 vista que eles estão com um trabalho de avaliação das águas das cisternas muito interessante. As
553 Recomendações foram aprovadas por unanimidade. A **Sra. Ekaterine Souza Karageorgiadis,**
554 **Instituto Alana**, relatou uma proposta de Recomendação do GT de Regulação de Publicidade de
555 Alimentos. Recomendação aos Deputados para imediata designação de Relator para o Projeto de
556 Lei 5921 de 2001, bem como sua priorização e tramitação, dado que ele está completando 12 anos
557 tramitando sem nenhuma solução. Colocou que o Grupo questionou sobre a questão da
558 representatividade do Consea na Câmara de Alimentos da Anvisa. A Recomendação foi aprovada
559 por unanimidade e será enviado um ofício a Anvisa questionando sobre as reuniões da Câmara de
560 Alimentos. A **Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco, Presidente do Consea**, informou que tinham a
561 expectativa que houvesse a apresentação do Grupo de Trabalho de Pesquisa, mas que não havia
562 nenhum representante do Grupo presente para fazer o relato. Que a CP6 não estaria presente, em
563 função da Conferência da Saúde Indígena. Que a CP5 também não teria mais nenhum representante
564 presente. Passou-se ao **Grupo de Trabalho de Indicadores**. A **Sra. Ana Maria Segall,**
565 **UNICAMP**, colocou a disposição de todos um vídeo sobre a Empresa Monsanto e a implicação
566 para as nossas vidas e saúde. Informou que precisam tomar providências para que haja andamento
567 para regulamentação da Lei de Controle de Alimentos Infantis Pró-lactentes que está parada na
568 Presidência da República. Sugeriu que o Consea faça um briefing sobre os 25 anos das Normas
569 Brasileiras de Comercialização de Alimentos Infantis. Informou que o Grupo avaliou que não seria
570 possível fazer um folder, dado o volume de informações que precisariam ser atualizadas partindo do
571 Livro Verde de Monitoramento de 2010 e, portanto, acertaram por fazer livretos comendo
572 conteúdos das dimensões de segurança alimentar que estão no Livro de Monitoramento e mais um
573 livreto introdutório sobre as políticas e sobre a compatibilização orçamentária das políticas e sua
574 evolução histórica. Solicitou o aval do Plenário para finalizar o trabalho e apresentá-lo apenas a
575 Mesa Diretiva ou a Secretaria Executiva do Consea, pois não haveria tempo de passar em Plenário
576 antes da IV +2. Sua solicitação foi aceita. Passou-se ao relato da **Comissão de Presidentes de**
577 **Conseas Estaduais**: O **Sr. Emanuel Barreto de Oliveira, Consea/CE**, relatou que teriam cinco
578 pontos para encaminhar: Permissão para realização de uma reunião da CPCE em fevereiro, em
579 função da extensa pauta que tem represada. Realização de um Seminário também em fevereiro,
580 juntamente com a reunião solicitada, seria um dia a mais, com a seguinte pauta: seca do Nordeste e
581 Programa PAA, com enfoque na Resolução 62. Realização de uma Oficina antes ou durante a IV +2
582 entre os Presidentes de Conseas Estaduais e as Universidades contempladas pelo edital para discutir
583 a questão dos projetos que foram aprovados. Realização de um Encontro Nacional entre as Caisans
584 Estaduais e os Presidentes de Conseas Estaduais. Colocou que a Comissão se colocou a disposição



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



585 em fazer uma mobilização nas Oficinas sobre os Direitos Humanos que estão previstas em nível de
586 Estado e abaixo-assinado sobre o Protocolo Facultativo do Pacto Internacional dos Direitos
587 Econômicos, Sociais e Culturais. O **Sr. Vilson Benedito, Consea/PR**, complementou que a
588 Comissão deliberou ainda que houvesse um convite para que cada Consea Estadual tenha pelo
589 menos um representante no Seminário. A **Sra. Elza Maria Franco Braga, UFCE**, informou que
590 foi sugerida uma atividade integradora das universidades que foram contempladas com o edital para
591 contribuir para a implementação do Sisan. Colocando que a CPCE pode tentar influir nas discussões
592 e no encaminhamento das atividades dos editais das diversas áreas. Passou-se aos
593 encaminhamentos: O Encontro Caisan, Consea e Universidades será realizado no dia 21 de março.
594 Um novo Encontro Caisan e Consea será realizado no segundo semestre de 2014. Quanto à
595 realização da reunião da CPCE em fevereiro a **Sra. Valéria Burity, Consea Nacional**, colocou que
596 poderiam se comprometer com a realização da reunião pouco antes da IV +2 e que se a CPCE
597 quisesse promover uma reunião em fevereiro por conta própria, que a coordenação articule os
598 Presidentes de Conselhos Estaduais e comunique a Secretaria Executiva, que poderá organizar o
599 Encontro, mas que passagem e logística teriam que ficar por conta da dada Comissão. Por fim,
600 desejou um feliz natal e ano novo a todos em nome da Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco,
601 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Maria Emília Lisboa Pacheco
Presidente do Consea